



SEM PLANO DE VACINAÇÃO E SEM VACINAS: TRAGÉDIA ANUNCIADA



Vários estados começam a suspender a vacinação dos grupos prioritários porque acabou o estoque de vacinas e não há previsão de reposição pelo Ministério da Saúde. A tragédia vivida pelo povo com a falta de política de combate à pandemia do novo coronavírus, que já matou mais de 245 mil pessoas no Brasil, ganha mais um capítulo dramático. Especialistas indicam que não há expectativas de vacinação e imunização em massa no ano de 2021.

Além de não ter política de contenção do avanço da pandemia, e até de incentivar a população a não se proteger e negar a gravidade da doença, o governo federal desnuda, a cada dia, sua falta de vontade política para garantir a vacinação da população. Ao retardar a compra de vacinas e criar um caos nas relações políticas com países que vendem os insumos necessários à produção das mesmas, este governo demonstra que seu plano é manter a pandemia em ação para “passar a boiada” enquanto se

opprime e se mata a população mais pobre.

Enquanto muitos países avançam no processo de vacinação da população, o Brasil tem apenas aproximadamente 5 milhões de pessoas vacinadas, menos de 2% da população. A política que garante vacinação à conta gotas, tem por trás, também, a intenção de direcionar o processo para a rede privada, favorecendo quem pode pagar pela vacina. A pandemia virou negócio lucrativo para grandes empresas e para o governo que aproveitam a crise sanitária para retirar direitos da classe trabalhadora. É preciso uma mobilização nacional pelo Fora Bolsonaro e todo o seu governo. É preciso mobilização em massa pelo direito a vacinação universal e gratuita.

***Defendemos Vacina para Todos Gratuita
Dizemos não ao genocídio da população
brasileira pela ausência de
políticas públicas.***

PEC EMERGENCIAL: MAIS ATAQUES CONTRA A POPULAÇÃO QUE PRECISA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Com Artur Lira, aliado de Bolsonaro, na presidência do Congresso Nacional, o sonho da equipe de Paulo

Guedes no Ministério da Economia pode ser realizar a desvinculação do Orçamento, ou seja, derrubar a obrigatoriedade de destinação de percentuais mínimos para a Saúde e Educação, valendo para União, estados e municípios.

A promessa está na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial n. 186, cujo relator, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), diz que o objetivo é viabilizar uma nova rodada do auxílio emergencial, em 2021, a trabalhadores informais e desempregados. Ou seja, garantir uma esmola aos trabalhadores, às custas de destruir a obrigatoriedade Constitucional do financiamento público em Saúde e Educação. O Senado deve votar a PEC nesta quinta-feira (25).

PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS AVANÇA NO CONGRESSO NACIONAL

Está em fase de finalização o Projeto de lei do governo Bolsonaro, que será encaminhado ao Congresso Nacional com a pauta da privatização dos Correios. A proposta é de permitir que a União conceda à iniciativa privada a prestação do serviço postal. O PL está sendo analisado pelo departamento de assuntos jurídicos da Secretaria Geral da Presidência. Essa é mais uma ação contra o patrimônio do povo brasileiro, para entregar à iniciativa privada uma das mais importantes estatais brasileiras.

Para enfrentar essa situação os sindicatos organizados pela FENTECT devem retomar as ações do Comitê de Luta Contra a Privatização e organizar um plano de luta contra a privatização dos Correios. É necessário e urgente fazer o debate com a sociedade sobre os prejuízos da privatização. Importante assegurar a organização de toda a classe trabalhadora contra as privatizações em curso. Só a mobilização popular, o povo nas ruas, será capaz de impedir a entrega das estatais brasileiras.



***Todos às ruas em defesa das Estatais!
Fora Bolsonaro e todo seu governo.
Por um governo dos trabalhadores do
campo e da cidade.***

EM DEFESA DA VIDA, PROFESSORES PAULISTAS MANTÉM SUA LUTA



Em Assembleia virtual, professores(as) da rede estadual de São Paulo decidiram, no último dia 19, continuar o movimento contra a reabertura das escolas.

Os docentes recusam-se a ir às escolas, mas mantêm o trabalho remoto. Chamado de “Greve pela Vida”, o movimento tem conscientizado a comunidade escolar e os alunos não estão indo às escolas. Porém, o governo de João Dória (PSDB) insiste em manter o ensino presencial em escolas insalubres, mesmo que inoperante, colocando vidas em risco.

Os professores do Rio de Janeiro também adotaram essa forma de luta. No entanto, muitos profissionais da base da categoria defendem uma greve total, que aprofunde a pressão sobre o governo genocida e prepare a Greve Nacional da Educação.

DATAPREV: ATAQUE AO PLANO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES



Servidores, ativos e inativos da Dataprev correm o risco de ficar sem cobertura de plano de saúde no meio da pandemia. A Geap Saúde, responsável pela carteira da empresa pública de tecnologia, comunicou a empresa que não vai renovar o contrato que termina em 25 de fevereiro. O plano de saúde inclui cerca de 3.820 vidas, contando empregados e seus dependentes.

Por sua vez a empresa divulgou um edital para novos credenciamentos de planos. Só uma empresa foi

habilitada, a AllCare, que ofereceu a opção de planos de saúde somente para os empregados ativos. Assim servidores aposentados, que passam por tratamentos de saúde, que estão com idade avançada e que tem entre seus dependentes pais e mães estão apreensivos sobre a falta de cobertura a que serão submetidos.

Além disto seguindo a lógica da privatização, para entregar aos futuros compradores uma empresa com menos gastos de pessoal, a empresa quer retirar do ACT as clausulas de plano de saúde.

O plano de saúde deixará de ser oferecido aos trabalhadores ativos, os trabalhadores farão contratação direto com a operadora e receberão uma ínfima ajuda de custo. Os inativos por sua vez, ficarão sem plano, uma vez que a ANS só determina oferecer o plano para os aposentados se a empresa oferecer para os ativos. Uma jogada de mestre do maquiavélico governo Bolsonaro

Aos trabalhadores só resta da luta e junto com suas representações repudiar e combater mais este ataque do governo Bolsonaro.

MAIS UM ATAQUE DO STF AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em julgamento realizado em dezembro de 2020, o Supremo mais uma vez firmou entendimento em que retira direitos dos trabalhadores e atende demanda patronal.

Os votos a favor deste entendimento foram dos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Dias Toffoli que assim formou maioria.

O que ocorreu basicamente foi o seguinte:

- A Reforma Trabalhista inseriu um parágrafo na CLT (§ 7º do Artigo 879), estipulando que a correção monetária dos débitos trabalhistas seria feita pela Taxa Referencial, TR.

- Justiça do Trabalho julgou esse parágrafo como inconstitucional (porque a TR é zero há vários anos, quer dizer, não corrige nada) e mandou aplicar o IPCA-E como índice de correção monetária.

- Duas confederações patronais ajuizaram, então, a ADC 58 (Ação Declaratória de Constitucionalidade), visando declarar que o tal § 7º do artigo 879 é constitucional e deve ser aplicado.

- O Supremo concluiu o entendimento da Justiça do Trabalho de que o § 7º do Artigo 879 é inconstitucional, mas mandou aplicar como Taxa de Correção Monetária e de Juros, a Taxa SELIC, que atualmente não está dando nem 3% ao ano.



- Com isso, o STF eliminou os juros trabalhistas de 1% ao mês, isso em uma ação que tratava de correção monetária, não de juros.

Como reflexo desta decisão ficou mais vantajoso para o patrão lesar os trabalhadores, protelar o processo trabalhista, aplicar este dinheiro e no final, pagar com juros ínfimos e com valor depreciado pela inflação o valor devido aos trabalhadores.

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>